

I CONGRESSO NACIONAL DE PRÁTICAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



A ESCUTA DA CRIANÇA COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ANTICAPACITISTA

I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva, 1ª edição, de 01/08/2024 a 02/08/2024
ISBN dos Anais: 978-65-5465-106-6

SANTANA; Eliane Ceri Assis ¹, RODRIGUES; Sílvia Adriana ²

RESUMO

As transformações sociais ocorridas nas últimas décadas vêm cada vez mais exigindo da escola e profissionais de educação novas posturas e conhecimentos a fim de ofertar educação de qualidade, promovendo a inclusão e a garantia de direitos das minorias; dentre estes direitos merece destaque o da educação e o de participação política. Neste trabalho, apresentamos algumas reflexões que foram suscitadas durante a realização da pesquisa de mestrado, na qual ouvimos as crianças sobre sua participação política e o papel do professor no ambiente da Educação Infantil. Assim, nos limites deste texto discutiremos como a participação política da criança na escola se constitui como elemento fundamental para a construção de uma educação inclusiva e anticapacitista.

A história nos mostra que por muito tempo pensou-se que as crianças eram papéis em branco, seres sem condições de opinar, incapazes de pensar por si mesmas, de participar politicamente e de realizar diversas outras atividades. Seres que precisavam ser disciplinados e ensinados para vir a ser o que se esperavam deles: adultos produtivos, social e economicamente ativos. (Ariès, 1981; Kramer, 1982). Ainda hoje, mesmo com diversos estudos, documentos legais e acordos internacionais dizendo o contrário, essa concepção continua permeando o imaginário popular. Superar esta ideia de criança como sujeito incapaz ou como um vir a ser, também é tarefa de quem defende e luta por uma educação inclusiva e anticapacitista.

Por capacitismo entendemos as ideias e ações de indivíduos que compreendem que as pessoas não são capazes ou são inferiores, devido a sua condição física, mental, intelectual, sensorial, social, que as impedem de realizar determinadas atividades (IFSC, 2023). Geralmente associado ao preconceito contra pessoas com deficiência, (fazendo interseção com outros como racismo, machismo, etarismo, entre outros), o capacitismo, com tudo que significa, infelizmente, é realidade na vida da maioria das crianças sejam elas deficientes ou não, pois nem sempre são tidas como capazes, simplesmente pelo fato de serem crianças, de terem pouca idade. Nesta perspectiva as crianças são sempre vistas na perspectiva da falta: dizem que lhes faltam maturidade, experiência, conhecimentos, habilidades, idade...

Entendemos que a construção de uma sociedade que acolha as diferenças e propicie a inclusão de todas as pessoas, só será possível quando superarmos as concepções e preconceitos descritos acima. Afinal, sem oportunidades de fala e participação ativa ninguém desenvolve todas essas habilidades e competências que se acham "faltar nas crianças". Não é preciso muito esforço para encontrarmos em nossa sociedade adultos imaturos, incompetentes para diversas habilidades, inclusive de opinar sobre determinados assuntos. O que queremos enfatizar é que quanto menos se oportuniza a participação, a fala, o debate, o acesso ao conhecimento e a realização de atividades variadas às crianças desde muito cedo, tanto menos ela desenvolverá a

¹ IFMS (servidora)/UFMS (acadêmica), eliane.santana@ifms.edu.br

² UFMS, silvia.rodrigues@ufms.br

capacidade de participar, menor será sua autonomia, maior será a dificuldade de se colocar e emitir opiniões de forma respeitosa e assertiva, menor será a destreza para realizar as atividades mais diversas.

No que se refere à capacidade de participação política, que é nosso tema de interesse, compreendemos que é participando que a criança aprende a participar e quanto mais ela a exercitar maior será sua habilidade em fazê-lo. Vale destacar ainda que a concepção de criança que defendemos é a do entendimento desta como ator e atriz social, pessoa ativa, capaz, completa, dentro do seu nível de desenvolvimento; pessoa de pouca idade que pode contribuir e participar politicamente nos contextos em que vive e circula.

Estudiosos da área da Educação Infantil revelam a importância da escuta da criança e de sua participação política para o seu desenvolvimento integral, para o efetivo exercício de sua cidadania, para a construção de sua autonomia, bem como, apontam a necessidade de educadores/as capacitados/as para a escuta sensível dos pequenos (Fernandes, 2015; Rodrigues; Borges; Silva, 2014; Sarmento, 2007; Sarmento; Marchi, 2008; Qvortrup, 2001, Santana, 2022; Rodrigues; Santana, 2023).

Se olharmos com atenção, perceberemos que as crianças, independente de suas condições de existência, participam, opinam e demandam o atendimento de suas necessidades, utilizando as várias linguagens que lhes são peculiares. Na maioria das vezes, a falta de capacidade, não está na criança em se expressar e sim no adulto em compreendê-la. Neste sentido, entendemos que para promover uma educação que de fato inclua as crianças, as respeite e valorize é necessário que os profissionais que trabalham com estas crianças, primeiramente, tenham construído concepções de crianças que sejam positivas, que as entendam como atores e atrizes sociais capazes de opinar nas questões que lhes dizem respeito, depois, que sejam capacitados para escutá-las e promover sua participação política no ambiente educativo.

Da mesma forma que as crianças aprendem a participar enquanto participa, entendemos que quanto mais os professores exercitarem a escuta da criança, mais especializada essa escuta será, até porque se tivermos disposição para escutá-las e aprendermos com elas, as crianças podem nos ensinar como fazê-lo.

Durante a realização da pesquisa percebemos o quanto as crianças são capazes de nos ensinar a ouvi-las. Elas nos mostraram quais linguagens utilizar para efetivar a escuta e trouxeram para a metodologia, por exemplo, a brincadeira e o desenho como linguagens e instrumentos de coleta de dados; brincando e desenhando nos ensinaram como elas entendem a escola, o papel do professor, como percebem sua participação política. Escutando as crianças, reorganizamos a pesquisa e tivemos respostas muito ricas das questões que nos propusemos a responder e outras que não foram pensadas *a priori*.

Cabe sinalizar que não basta somente boa vontade para escutá-las, é preciso também que os cursos de formação inicial e continuada, oportunizem aos docentes (e pesquisadores) o acesso à conhecimentos que contribuam neste sentido, sob o risco de acontecer como indicou uma das crianças colaboradora do estudo, de que “conversar, até que ele (o professor) conversa, mas ele não nos entende”. Sem uma formação especializada o educador pode cair no risco de achar que com o simples fato de estar ouvindo as crianças ele está inserindo-as nos processos decisórios, que ela está participando e pode não estar.

Esse entendimento equivocado de que a criança está participando somente por estar presente, precisa ser superado. A participação só é efetivada quando a escuta da criança gerar uma resposta do professor, quando de fato as falas dos pequenos forem consideradas ao pensar e executar o fazer educativo. Vale ressaltar que esta resposta do docente, não precisa ser sempre de concordância com o que a criança expressa. Mas, deve valorizar e respeitar as falas infantis, explicando o porquê da discordância e da tomada de decisão contrária ao que a criança solicitou de forma que ela consiga entender as ações docentes e as consequências dela para o fazer pedagógico e desenvolvimento infantil. A participação dos pequenos então, precisa ser real, precisa ser política, ou seja, precisa contribuir para nortear a prática docente.

A formação adequada permitirá aos docentes efetivar a escuta especializada das crianças

¹ IFMS (servidora)/UFMS (acadêmica), eliane.santana@ifms.edu.br

² UFMS, silvia.rodrigues@ufms.br

e construir junto com elas um planejamento e prática pedagógica que atenda as mais diversas necessidades educativas dos pequenos. Não temos como falar em educação inclusiva sem que a participação das crianças nos processos decisórios no ambiente educativo seja realidade. Sem escutar as crianças, sem compreendê-las continuaremos dia após dia promovendo uma educação adultocentrada, excludente e capacitista.

Além disso, entendemos que o direito de participação política das crianças é uma dimensão essencial dos direitos humanos e da democracia contemporânea. Reconhecer e promover esse direito implica transformar a maneira como as sociedades percebem e incluem as crianças, não apenas como futuros cidadãos, mas como atores políticos no presente. Enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades requer um compromisso contínuo de todos os setores da sociedade, sobretudo, da educação, garantindo que as vozes das crianças sejam ouvidas e valorizadas.

REFERENCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FERNANDES, N. F. (org.). **Pesquisa com crianças e a formação de professores**. Curitiba: PUCPRESS, 2015.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

I F S C . O **que é capacitismo e como combatê-lo?** Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/web/ifsc-verifica/w/o-que-e-capacitismo-e-como-podemos-combate-lo-#:~:text=Este%20termo%20%C3%A9%20recente%20no,s%C3%A3o%20capazes%20ou%20s%C3%A3o%20inferiores.> Acesso em: 10 jul. 2024.

QVORTRUP, J. O trabalho infantil tem valor? A colonização das crianças pelo trabalho escolar. In: CASTRO, L. R. (org.). **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro, FAPERJ, 2001. p. 129-152.

RODRIGUES, S. A.; BORGES, T. F. P.; SILVA, A. S. Com olhos de criança: a metodologia de pesquisa com crianças pequenas no cenário brasileiro. **Nuances: estudos sobre educação**, v. 25, n. 2, p. 270-290, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/3188/2698> . Acesso em: 30 out. 2020.

SANTANA, E. C. A. **O que pensam as crianças assentadas sobre o papel do professor de educação infantil do campo** - ou: sobre o direito da participação política dos pequenos. 2022. 212f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Corumbá: UFMS, 2022.

SANTANA, E. C. A.; RODRIGUES, S. A. A escuta de crianças assentadas sobre educação infantil em teses e dissertações. **Educação Temática Digital**. Campinas, SP, v.25, e023025, p. 1-21, 2023

SARMENTO, M. J. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, V.; SARMENTO, M. J. (org.). **Infância invisível**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007.

vel. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007.

PALAVRAS-CHAVE: Educação anticapacitista, participação infantil, escuta da criança, participação política, educação inclusiva

¹ IFMS (servidora)/UFMS (acadêmica), eliane.santana@ifms.edu.br

² UFMS, silvia.rodrigues@ufms.br